

## **Seminário interações entre Leigos, Peritos e Decisores Políticos**

**Novembro de 2010, ICS-UL**

Das Viagens Filosóficas às Explorações Científicas: amadorismo, perícia e ciência colonial.

Patrick Figueiredo

Na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, há um documento escrito por Domingos Vandelli (1730-1850) em 1779, intitulado “*Viagens Filosóficas ou Dissertação Sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*”.

Foi sob o impulso de Domingos Vandelli e das suas instruções, que nesta segunda metade do século XVIII as “viagens filosóficas” tiveram um enquadramento institucional garantido pelo Museu de História Natural da Ajuda e pela Academia Real de Ciências. A partir deste momento, surgem dois perfis de pesquisadores científicos que se co-produzem, como o pesquisador de gabinete, encarnado pelo próprio Domingos Vandelli, e o pesquisador viajante, aventureiro e de terreno. Através do estudo destas viagens filosóficas, podemos traçar um panorama da face colonial da Academia das Ciências, assim como suas interações com não cientistas, e o Estado, que numa nova modalidade passa a fomentar a actividade científica como instrumento para uma corrida económica frente a outras potências.

O que venho propor com uma genealogia da ciência colonial portuguesa é a importância de um caminho particular: qual é a presença e o papel do não cientista na construção de saberes particulares, da História Natural ao conhecimento do território colonial? A preocupação com este tema da relação entre conhecimentos locais e a ciência colonial é actual, pois é onde se encontram as origens de problemas hoje relevantes como a questão da relação entre a bioprospecção, e os conhecimentos tradicionais muitas vezes negligenciados ou que não se encaixam nas legislações vigentes de propriedade intelectual.

Voltando ao nosso contexto de partida, seria preciso algumas palavras para compreender que mundo era este dos viajantes do século XVIII, e o que representava a Academia Real de Ciências de Lisboa.

A *Academia Real das Ciências de Lisboa* foi o lugar onde a percepção teórica do Novo Mundo oriunda da *experiência* fez com que as viagens filosóficas da segunda metade do século XVIII tivessem características diferentes dos relatos de viagens compreendidos nos séculos anteriores. Em todos os círculos científicos elitistas, havia duas maneiras de encarar o Novo Mundo a partir da filosofia ocidental:

- “Natureza colonial como lugar de regeneração do Velho Mundo remetendo ao edênico”
- “Natureza que contém o insondável, o exótico e até mesmo o hostil, pois era o lugar da poligamia, da escravidão e do clima tórrido e inclemente, portanto infernal.”

Estas duas visões, apesar de serem opostas, caminharam lado a lado e foram objecto de muitas dissertações e considerações sobre a natureza que mudariam o quadro mental europeu. No entanto, prevaleceu em grande medida a noção de uma Natureza austera, assim como seus habitantes “selvagens”, que deveria ser desbravada, dominada e civilizada. As instruções de Vandelli, as viagens filosóficas, as suas remessas, e a exposição de um saber colonial materializado nos Museus de História Natural, compõem um ciclo que representaria o sucesso e a glória de uma ciência cujo papel seria o de lançar luzes sobre as trevas da ignorância. Estado e ciência caminhavam portanto juntos, e na Academia Real de Ciências de Lisboa o mundo natural das colônias atravessava todos os temas. No caso português, a exploração colonial foi fundada na agricultura e na mineralogia como fontes de riqueza do Estado, o que revela a particularidade essencialmente pragmática desta experiência portuguesa. Isto não incidia somente para os metropolitanos que ficavam nos laboratórios ou gabinetes, mas se alargava aos tais viajantes naturalistas. Estava criada portanto em Portugal a imagem do cientista, com o aumento da profissionalização e da autonomia do campo científico. O modelo baconiano do filósofo natural diletante, tal como o *fellow* da Royal Society, dava lentamente lugar ao *Savant* parisiense de Académie des Sciences.

Podemos contudo traçar as seguintes questões para uma pesquisa sistemática: que tipo de cientista particular é este “viajante filósofo” ou naturalista? Como se

operaria então, a passagem epistemológica entre o viajante naturalista e o explorador científico, enquanto agente dos estudos de terreno patrocinados no final do século seguinte pelas Sociedades de Geografia europeias? Finalmente, qual é o lugar dos leigos ou dos não cientistas nesta genealogia do conhecimento colonial?

Como a minha proposta é traçar uma genealogia a procura de rupturas e continuidades, proponho abordar brevemente dois documentos que ilustram as vicissitudes das viagens científicas no ultramar. Estes documentos são os seguintes:

1. “*Diario, ou Relação das Viagens Philosophicas, que por Ordem de Sua Magestade Fidelissima tem feito nas Terras da Jurisdição da Vila de Tette, e em algumas dos Maraves*”, por Manuel Galvão da Silva, em 1788. Manuscrito da Academia de Ciências de Lisboa;
2. “*Observações sobre a viagem da costa d’Angola á costa de Moçambique*”, por José Maria de Lacerda, em 1788. *Annaes Marítimos e Coloniaes*, 1884, nº 5, série 4, parte não oficial: 188-214.

**Manuel Galvão da Silva, 1788, *Diario, ou Relação das Viagens Philosophicas, que por Ordem de Sua Magestade Fidelissima tem feito nas Terras da Jurisdição da Vila de Tette, e em algumas dos Maraves***

“Aos 26 de Março de 87 cheguei a Villa de Tette, tendo aos 15 de Janeiro partido de Mossambique, onde deixei o Desenhador que me acompanhava, convalecendo de huma Dysenteria, da qual veio a reccahir, e morrer nos fins do mesmo Março. As febres intermitentes, que logo comecei a padecer no segundo dia da minha chegada a Tette, e que me durarão até o principio de Outubro, a falta de Desenhador, a Estação impropria para as herborizaçoens, tudo concorreo para intentar meramente aplicar-me ao conhecimento das Minas, logo que me senti com algumas forças, e não foi se não aos 17 de Outubro que sahi a viajar pelas Terras da Corôa, e por algumas dos Maraves.”

Manuel Galvão da Silva é um “viajante” experiente, pois já tinha participado de uma missão em Goa, enviado por Vandelli, de onde enviara remessas de plantas e objectos artesanais para Lisboa.

### *Convalescências*

As doenças tropicais aterrorizam os viajantes, que muitas vezes não voltavam de missões. As febres intermitentes que o autor indica, são provavelmente o que conhecemos hoje como malária, e na altura o tratamento à base de Quina, planta oriunda da América Latina, era raro em África.

Por essas e outras razões, após instruções de tomadas de medidas atmosféricas, como da temperatura e da humidade do ar, Vandelli recomenda uma pesquisa sobre as principais doenças que poderiam circular. Há aqui uma indicação de procura de elementos terapêuticos: “*As doenças mais raras, principalmente as endêmicas, e os medicamentos domésticos, que os naturais do Paiz tem descoberto serem os mais específicos para estas, ou aquellas doenças, constituem hum dos objectos mais importantes da Medicina*”.

### *Solidão*

Pelo que relata Galvão da Silva, ele teria perdido sua única companhia original, um desenhador. Nas instruções de Vandelli, recomenda-se o envio para a metrópole de todas as amostras de elementos naturais que possam ser interessantes para o conhecimento científico e económico, “*os quaes todos devem ser recolhidos para se descreverem conforme o systema da Natureza*” (flores, plantas, animais, minerais). Na realidade, era raro o envio, que quando efectuado, dificilmente chegava em bom estado. Para os casos de impossibilidade destes envios, seria preciso desenhar com precisão os objectos encontrados. Na falta de tal habilidade, poder-se-ia trazer a companhia de um desenhista, mas nem sempre isto era viável. Por isso, os melhores [viajantes filósofos] “*serão os que ao mesmo tempo erão Filósofos, e Pintores*.”: Instrue-se também para a indicação exata do clima, da longitude e da latitude do objeto encontrado ou descrito, o que requer dotes matemáticos importantes.

Em todo caso, diferentemente das caravanas de grande ostentação que acompanhariam exploradores como Henrique Dias de Carvalho, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (na segunda metade do século XIX), estes primeiros viajantes parecem ter passado por outro tipo de solidão, ao serem acompanhados por uma ou duas pessoas.

### *As Minas*

“Passados cinco dias, tempo que julguei suficiente para averiguar estas Minas, e correr as montanhas circumvizinhas, continuei a minha viagem pelas Terras dos Maraves, em busca da Maxinga, lugar onde quazi todos os moradores da Villa de Tette tem a sua Escravatura trabalhando, ou como dizem no Paiz, ungando as Minas de Ouro. No fim de tres dias sobre a tarde cheguei ali, e principiei logo a informar-me da qualidade destas Minas, que não há ainda nove annos se discorberão com bastante proveito; mas que huma concorrência geral tem esgotado de sorte que ao presente se vão dezanando alguns, e principião a

tirar dali a sua Escravatura, por não acharem proveito, e ser lhes preciso despender com o Mambo (especie de governador) a que esta sugeita aquella Terra, muito mais do que podem lucrar.”

O bom viajante deve ter proficiência em conhecimentos geológicos, cosmográficos, geográficos, matemáticos, de história marítima, botânica, e de mineralogia. Confirmando o carácter pragmático e economicista da ciência de então, a pesquisa em História Natural também deveria envolver a procura de um complexo mineiro que trouxesse benefícios para a metrópole. Informar-se das qualidades das Minas era uma missão da mais alta prioridade para estes viajantes.

Esta confusão entre ciência, política colonial e economicismo não nos deve causar espanto ou denúncia de um espírito científico interesseiro. Ao contrário, isto revela o quanto o campo científico ainda não conquistara um alto grau de autonomia em relação à esfera de decisão política. Melhor dizendo, ciência, economia e política se mesclavam numa só vocação pelo progresso material da nação, que nesta altura era contemporânea de grandes transformações mentais e epistemológicas no continente.

O segundo documento nos revela de forma mais explícita os caracteres de uma viagem científica mais directamente ligada às futuras explorações “civilizadoras”.

**Observações sobre a viagem da costa d’Angola á costa de Moçambique, por José Maria de Lacerda. Annaes Marítimos e Coloniaes, 1884, nº 5, série 4, parte não oficial: 188-214.**

“promovendo pelas comunicação os interesses das nações desconhecidas e mais remotas, as utilidades do commercio pela importação e exportação dos géneros, a cultura dos povos e terrenos incultos, a polícia da barbaridade, os grandes commodos da vida social e mais que tudo, se as circunstancias o permittem, o conhecimento da verdadeira religião e da única e suprema Divindade!”

Este segundo documento é uma memória escrita por José Maria de Lacerda após uma expedição feita em Benguela nos anos 1780 para o secretario de Estado da a Marinha e do Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A carta chegou às mãos do Visconde de Sá da Bandeira, que a publicou com comentários nos anais da Associação Marítima e Colonial em 1844.

Segundo Manuela Cantinho, José Maria de Lacerda teria sido um matemático com experiência de demarcações de fronteira no Brasil (Cantinho, 2005: 74). Seguindo o

espírito das viagens filosóficas da Academia das Ciências, as publicações destes anais fazem publicidade das riquezas económicas do ultramar e do bom uso para Portugal. Porém, a preocupação com a História Natural já não é tema central, mas sim as rotas comerciais, os povos e seus costumes, e os recursos naturais:

O autor não faz menção directa a qualquer “cientificidade” senão por lisonja à sua missão iluminista, e não cita o termo de viagem filosófica. O conteúdo e o destinatário da memória levam a conclusão de que seu percurso não constituiu uma viagem filosófica do estilo que *Vandelli* propunha em suas memórias. Continha, pelo contrário, uma preocupação muito específica que era a de encontrar uma rota segura que ligasse as duas costas africanas de possessão portuguesa (Angola e Moçambique). Apesar do insucesso desta expedição e de vários erros na descrição de rios e nascentes, José Maria de Lacerda considera-se membro de um grupo iluminado, que está para expandir a ciência com uma luz, e “procura difundir-las à maneira do sol” (p. 189).

Muito diferente de um diário, a memória é algo muitas vezes trabalhado, com objectivos claros e parciais para servir de conselho político aos responsáveis, no caso o ministério do Ultramar. Não obstante este utilitarismo declarado, esta memória preserva um tom de exaltação da figura do cientista explorador como um herói que se compara ao das gestas descobridoras do mito imperial e cavalheiresco.

#### *Os recursos económicos*

“Como o ferro é um dos géneros que os nossos navios carregam para a Asia, é evidente que extrahido e preparado no sertão e conduzido pelo Cunene (a descobrir-se a desembocadura deste rio, e fazer-se navegável, de que logo hei de tratar) apresenta o ferro, como disse um ramo de commercio muito atendível e importante.”

Há uma descrição dos hábitos alimentares dos povos locais, mas não há muita exaltação da necessidade de se implantar uma ciência agrícola sistemática. No entanto, há uma grande atenção para a importância de recursos mineiros como o enxofre, o cobre, o ferro e o ouro. Além disto, os três elementos que segundo Lacerda enriquecem a região são o comércio de cera, de marfim, e de escravos.

O ferro aparece no texto como elemento importante para se construir o *libambo*, “corrente que segura e prende doze escravos”. Sá da Bandeira condenaria moralmente

este uso em seus comentários. Enquanto material para exportação, a abertura do corredor para Moçambique é aconselhado com vistas a suprir a demanda asiática.

### *Concorrência colonial*

“Quem no pode assegurar de que vendo elles o abandono e o desprezo com que tratamos esta importante aquisição, não hajam de alongar as suas conquistas para o norte, com gravíssimo damno de nossos interesses?”

O explorador adverte para a uma concorrência colonial dos “novos possuidores de Tafelbay [Cape Town]”, na altura ainda de posse holandesa, que logo seria de domínio britânico. A solução proposta para proteger as colónias nesta corrida colonial, é a de abrir tal corredor que ligaria as duas costas. A preocupação central que apareceria como urgência com as explorações patrocinadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, no contexto da Associação Internacional Africana, já tinha portanto aparecido desde o final do século XVIII.

### *A figura do explorador como herói*

“Passo finalmente a tratar do que me parece mais dificultoso e ao mesmo tempo de maior importância e consequência; de um homem, digo, de um heroe (que por tal deve ser avaliado) no qual concorram as qualidades indispensáveis [...] Deve pois o comandante ser um homem cheio de probidade, de paciência, de fortaleza e de prudência, saudável e vigoroso, costeado no paiz e bem instruído nas máximas e costumes destes povos [...] para o que se faz preciso que elle seja revestido de grande poder e authoridade para impor a fazer executar as penas graves, que as circunstancias exigirem”.

José Maria de Lacerda diz participar da “*Gloria de um descobridor, que não se poupa a fadigas em promover a felicidade dos seus semelhantes*”, declarando-se contra outro tipo de descobridor, “*que mais parece, destinado ao flagelo da humanidade*”.

Mais adiante, sobre as indicações dadas ao ministro para que garanta o sucesso de uma expedição, nomeadamente entre as duas costas africanas, um dos pontos destacados pelo autor é a imagem heróica daquele que deve conduzir uma caravana pelo deserto.

Há uma fusão completa do científico com o militar num território desconhecido, em que frente á Natureza, a importância da Cultura alheia cresce enquanto objecto de conhecimento necessário para o exercício colonial.

O líder que é o herói explorador deve, neste projecto ideal, ser inflexível quanto às tentações de lucro individual ou de interesse simplesmente pessoal (ponte para Joaquim Rodrigues Graça):

“Além disto, deve ser animado de um verdadeiro patriotismo independente, abastado e que só de gloria seja ambicioso. É muito e muito de notar e averiguar esta qualidade: porque é notório e infelizmente experimentado, que o sórdido interesse dos commandantes, é quem de ordinário malogra as melhores expedições d’Africa [...] Como se não trata de ostentação nesta diligência, convém muito, ou antes é preciso diminuir o mais que pode ser, toda a bagagem apparatus e não se admittirem os costumados baús, arcas, mezas, camas, loiças e fardos de fazenda que possam embaraçar uma prompta e seguida marcha. O trem do comandante, se elle for, como deve, soldado verdadeiro, bastará que seja tal que um negro sem estorvo possa conduzi-lo”.

Temos nesta passagem várias indicações da realidade do que poderia ser uma expedição científica (e indissociavelmente militar) em África desde finais do século XVIII. Aconselha-se uma ascese contra as posses materiais que poderiam dificultar a marcha de uma espécie de caravana que passa, como casa ambulante do explorador, a ser carregada por negros. Numa outra passagem verifica-se o interesse pelo uso de animais de carga para esta tarefa, e especula-se inclusive a importação de camelos para a região, o que se revelaria um fracasso. O trabalho escravo é portanto outro elemento da expedição. Estas características contradizem relatos e versões historiográficas segundo os quais os viajantes do século XVIII seriam aventureiros solitários, acompanhados de no máximo um desenhista, um intérprete e um médico.

#### *A figura do sertanejo*

“É sabido que nos sertões conhecidos de uma e outra costa há brancos e mulatos com casas de negocio mais ou menos opulentas. E estes, como práticos e endurecidos no paiz, podem ser convidados para acompanhar a expedição, dando-se-lhes patentes honoríficas e para elles estimáveis de títulos diferentes [...] Estes homens, chamados Sertanejos como disse, prezam-se muito destes títulos e o Estado só depende palavras quando lh’os concede”.

Além da presença do homem negro como mercadoria, instrumento de carga, objecto, coisa, há uma outra figura humana, semi-selvagem porque pode ser considerado habitante local sem ser negro: é o sertanejo. Em diários e relatos de exploradores não portugueses, a presença dos luso africanos também é muito importante, como companheiros comerciais e como agentes de ligação entre o europeu e o africano, e principalmente, enquanto detentores de conhecimentos geográficos por experiência prática. Os holandeses, ingleses, belgas e franceses que percorrem com maior empenho



a região da África austral desde meados do século XIX, chamariam geralmente a estes ‘sertanejos’ simplesmente de portugueses. José Maria de Lacerda, em sua memória insiste na importância da aliança com os sertanejos para o sucesso da expedição.

*O conhecimento autóctone como recurso político e comercial*

“o rio Sena se enriquece com suas auríferas areias; pois o Cunene certamente lhe não cede nesta áurea prerrogativa: eu mesmo o vi e observei, quando em oitenta e sete fui mandado acompanhar a expedição que ao sertão foi enviada com instruções para se descobrir este mesmo rio até a sua foz, o que infelizmente se não effectuou: uma negra que se apanhou nas terras de Acabona (tres legoas distantes do Cunene) que limitam com o Monomotapa, trazia na cabeçauma folhetas de oiro das lantijoilas ordinarias; estavam furadas; e entrando por ellas pequena quantidade de cabellos encrespados, em cima davam nós, que seguravam as taes folhetas. Perguntou-se-lhe, aonde iam tirar aquellas cousas? Respondeu, que a um rio muito grande que estava alli perto; e que disto levava muita quantidade, principalmente quando chovia, mas que ninguém o procurava, porque não tinha estimação [...] ainda que porém se devam rejeitar negros vis, sempre contudo parecia conveniente convidarem-se os Sôvas mais visinhos ao Rio Sena, que forem amigos, afim de que por sua intervenção se possa alcançar conhecimento, amizade e consentimento dos outros Sôvas mais remotos [...]”

Em apenas duas passagens do texto podemos encontrar alguma referência mais ou menos explícita da dependência dos conhecimentos locais para a descoberta de recursos económicos. A primeira, é um relato de indicação, por parte de uma habitante que transportava “folhetas de oiro” de um rio então indicado, e a segunda aparece como instrução, para futuros exploradores, para o uso de informações dadas por habitantes locais. É curioso notar, no entanto, o silêncio no qual é abafado todo conhecimento local ou tradicional como fonte de descoberta, invenção ou mapeamento de plantas, minérios, fauna e outros objectos de interesse científico.

A apropriação de conhecimentos, saberes e bens tradicionais, com respaldo em parâmetros negociais, no mais das vezes, alheios aos contextos culturais e sociais com os quais se pretende estabelecer a relação e o intercâmbio económico, impõe a necessidade de se discutirem novos paradigmas para a história do acesso aos conhecimentos locais como fonte primordial daquilo que se pode considerar uma ciência colonial. A discussão traz à tona conceitos que servem não só para relativizar o modelo de relação entre o cientista e o leigo, mas muitas vezes também para opor-se a ele. É o caso, por exemplo, do conceito de património face ao de propriedade, ou de consentimento face ao de acesso.

*Conclusão: Imagem da oferta da Chinchona (último slide)*

Não foi por acaso que eu deixei o tópico da figura do *leigo* apenas na conclusão desta apresentação, sendo que o tema deveria ser central. Além de propor uma abertura temática para a discussão, gostaria de evidenciar o quanto os detentores de conhecimentos tradicionais não foram apenas negligenciados nos relatos iluministas ou oitocentistas. Mais do que isto, eles são personagens de um silêncio ainda pouco estudado na nossa historiografia contemporânea.